



# SINGULARIDADES DA CRECHE (0 A 3 ANOS): ESTUDO DE CASO NO BERÇÁRIO DURANTE A PANDEMIA

## SINGULARITIES OF NURSERY CARE (0 TO 3 YEARS OLD): CASE STUDY IN THE NURSERY DURING THE PANDEMIC

Greice Kelly Marinho 1

**Resumo:** Este estudo analisou o contexto da creche nos tempos da pandemia da Covid-19, realizada no ano de 2020, buscando explorar quais práticas foram realizadas para o atendimento durante o período em que foi obrigatório manter um distanciamento social. Tal abordagem se fez necessária devido às singularidades desta etapa da educação, visto que se diferencia do restante por ser estruturada através das interações e brincadeiras, sendo a convivência um dos direitos das crianças. Tendo como objetivo refletir sobre a importância da etapa creche apontando a realidade de uma turma de berçário. Este propósito foi alcançado através de um estudo de caso em um Centro de educação infantil onde foram aplicadas entrevistas às professoras em atuação além das observações realizadas pela pesquisadora. A análise evidenciou a importância da creche para o desenvolvimento integral das crianças, bem como esclareceu as dificuldades enfrentadas pelas professoras no atendimento através de um ensino não presencial durante o período da pandemia.

**Palavras-chave:** Creche. Pandemia. Ensino Remoto.

**Abstract:** This study analyzed the context of day care in the times of the Covid-19 pandemic, held in 2020, seeking to explore what practices were carried out to provide care during the period in which it was mandatory to maintain social distance. Such an approach was necessary due to the singularities of this stage of education, since it differs from the rest because it is structured through interactions and games, with coexistence being one of the children's rights. Aiming to reflect on the importance of the daycare stage pointing out the reality of a nursery class. This purpose was achieved through a case study in an early childhood education center where interviews were applied to teachers in action in addition to the observations made by the researcher. The analysis highlighted the importance of day care for the integral development of children, as well as clarified the difficulties faced by teachers in attending through non-face-to-face teaching during the pandemic period.

**Keywords:** Nursery. Pandemic. Remote Teaching.

## Introdução

Provocando reflexões sobre a educação, especificamente a etapa creche da educação infantil, este estudo apresenta uma realidade diante da pandemia enfrentada. Devido as suas singularidades, urge a necessidade de estudos sobre como foi realizado o atendimento às crianças, às famílias e também aos professores.

Tal abordagem tem o objetivo de compartilhar experiências positivas em relação à educação não presencial com esta etapa de ensino. Isto porque através da troca de experiências torna-se possível melhorar as práticas educacionais, tanto no que diz respeito às aulas presenciais quanto as não presenciais. Embora ainda não se atenda todas as crianças desta faixa de idade, entre as metas do Plano Nacional de Educação (2014) está a universalização da educação infantil, bem como a capacitação dos profissionais que nela atuam. Logo, pode-se dizer que as pesquisas contribuem para a formação dos profissionais da educação, mesmo que de caráter informal e conseqüentemente para melhorar a qualidade do ensino.

A pesquisa, então, objetiva refletir sobre a importância da etapa creche apontando a realidade de uma turma de berçário, sendo para isso, realizado um estudo de caso na referida turma, com caráter descritivo, por meio de entrevistas com as professoras, além de um embasamento teórico acerca do assunto.

A primeira etapa da pesquisa é de cunho bibliográfico, buscando contextualizar de modo sucinto desde o surgimento das creches salientando os aspectos de cuidado e proteção até sua entrada como etapa da educação básica como direito da criança, percebendo-se que a creche não deve ser somente um lugar seguro onde as crianças ficam enquanto aguardam o retorno dos pais, a creche precisa ser um lugar de descobertas de novos saberes, onde a criança possa desenvolver todas as suas capacidades unidos por dois eixos estruturantes, como consta na Base Nacional Comum Curricular: interações e brincadeiras.

A segunda etapa da pesquisa apresenta, através dos resultados obtidos nas entrevistas e observações, a realidade vivida pelos alunos, famílias e professoras do berçário, evidenciando o atendimento não presencial.

Por fim, ao apresentar as considerações finais, faz-se um apanhado geral da pesquisa evidenciando as percepções quanto ao ensino não presencial aplicado durante a pandemia.

## Creche - uma Instituição Educacional

Pensar a educação infantil implica entender que mesmo fazendo parte da educação básica, sendo a entrada obrigatória da criança a partir dos 4 (quatro) anos, é uma etapa singular, com necessidades diferentes do restante.

De acordo com a LDB (1996), a educação infantil é dividida entre creche e pré-escola, que compreende a faixa etária de 0 a 3 anos e de 4 a 5 anos respectivamente.

O foco desta pesquisa é a creche, que a priori surgiu devido a entrada das mulheres no mercado de trabalho, tendo seu caráter assistencialista, foi uma conquista de um direito às mulheres. No entanto, houve certa diferença entre o acesso à educação na infância para ricos e pobres. Enquanto para a classe com maior poder aquisitivo o atendimento teve-se ao fator educacional como objetivo principal, buscando a estimulação das crianças desde a mais tenra idade, a classe com menor poder aquisitivo preocupava-se apenas com os cuidados básicos como alimentação, higiene, segurança e bem estar da criança, que era somente assistida por um cuidador.

Em sintonia com os movimentos nacionais e internacionais, um novo paradigma do atendimento à infância - iniciado em 1959 com a Declaração Universal dos Direitos da Criança e do Adolescente e instituído no país pelo artigo 227 da Constituição Federal de 1988 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) - tornou-se referência para os movimentos sociais de "luta por creche" e orientou a transição do entendimento da creche e pré-escola como um favor aos

socialmente menos favorecidos para a compreensão desses espaços como um direito de todas as crianças à educação, independentemente de seu grupo social (CNE/CEB 20/2009, p. 1)

Ações do Ministério da Educação para universalizar o ensino infantil têm evidenciado o valor desta etapa da educação básica, entretanto, apesar dos avanços, ainda hoje é possível perceber essa característica assistencialista, tanto nas falas das famílias quanto nas falas de professoras. Por exemplo, quando o argumento da família ao pleitear a vaga na instituição de ensino é de que a mãe trabalha e não tem com quem deixar o filho, ou ainda, na fala da professora quando menciona que determinada mãe mesmo não trabalhando deixa o filho na creche.

Ambas as falas levam a crer que a educação não seria direito da criança e sim dos adultos que cuidam dela e que portanto, deveriam ser priorizadas às famílias de trabalhadores onde teriam um lugar seguro para as crianças ficarem. Pensamento esse, como já visto, ultrapassado. E para que não fosse mais necessário decidir quem seria priorizado na obtenção da vaga, buscando a universalização do atendimento escolar, entre outras diretrizes estabelecidas, em 2014 publicou-se o Plano Nacional da Educação (PNE) que contempla metas a serem cumpridas durante a vigência do referido plano.

A Meta 1 do PNE (2014) estabelece como objetivo:

Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.

De acordo com Programa de monitoramento das metas, PNE em movimento (2018) 91,5% das crianças entre 4 e 5 anos já estão sendo atendidas e para as crianças de 0 a 3 anos ampliou-se o acesso para 31,9%, sendo a vigência do plano até o ano de 2024.

E a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (DCNEI, 2009), começam aparecer creches e pré-escolas com maior qualidade pedagógica, com profissionais qualificados, pensando na educação infantil como direito da criança.

A DCNEI orientam a formulação de políticas públicas para a educação infantil, visando assegurar profissionais capacitados e propostas pedagógicas de acordo com as especificidades desta etapa.

Art. 3º O currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade.

Art. 4º As propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (CNE/CEB 20/2009, p. 19).

Em consonância com a DCNEI, a Base Nacional Comum Curricular (2017) é um documento normativo, que apresenta dez competências gerais para a educação básica e estrutura a educação

infantil estabelecendo seis direitos de aprendizagem que devem ser assegurados às crianças e desenvolvidos através de cinco campos de experiência, para assim, como na LDB (1996), garantir o desenvolvimento pleno em todos os aspectos, físico, psicológico, social e emocional da criança.

De acordo com a BNCC (2017), a criança tem direito a conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se, muito mais do que cuidados, as instituições de educação infantil devem oportunizar às crianças o acesso a experiências significativas para o seu desenvolvimento, o trabalho do professor deve ser realizado com intencionalidade pedagógica observando teoria e prática, visto que assim é possível ao professor compreender como a criança aprende e se desenvolve teoricamente para ofertar práticas direcionadas a estimulação das capacidades e habilidades de cada um.

Ainda, conforme a BNCC (2018, p. 36) as creches e pré-escolas

têm o objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar à educação familiar – especialmente quando se trata da educação dos bebês e das crianças bem pequenas, que envolve aprendizagens muito próximas aos dois contextos (familiar e escolar), como a socialização, a autonomia e a comunicação.

Tendo em vista que a ação da escola é complementar à da família, cuidar e educar são conceitos inseparáveis, cabe dizer que a escola deve oportunizar situações de aprendizagem em sua rotina. Para os bebês, ao estimular a autonomia em sua alimentação, são oferecidos cuidados com bem-estar, higiene e saúde, além de auxiliar a criança na internalização de um novo conhecimento ou habilidade motora, por exemplo.

No atendimento presencial o professor acompanha todo o período que a criança passa na creche, o que varia de quatro horas para o período parcial e de oito horas ou mais para o período integral, o que favorece suas observações e intervenções no processo de aprendizagem. No atendimento não presencial, ao professor cabe a tarefa de orientar os pais para a aplicação das atividades de estimulação, respeitando as necessidades das crianças, acrescentado ao fato de que também é fundamental demonstrar empatia com as famílias entendendo seu contexto social, econômico e cultural.

## **Creche em atendimento não presencial**

O ano de 2020 foi extremamente atípico em muitos aspectos, social, político e econômico devido à pandemia, e desde quando se começou a falar sobre o coronavírus, em 2019, ainda presente apenas no Oriente, o mundo inteiro alertou-se para tal situação. No Brasil não foi diferente, embora o governo federal tenha demonstrado instabilidade para enfrentar a crise provocada pela Covid-19, os governadores dos Estados mantiveram-se alertas para os fatos, tomando as medidas cabíveis.

Esperava-se que o país conseguisse retomar as rédeas da situação econômica e social após esse período. Enquanto não ocorre a retomada da normalidade costumeira, segue-se com as medidas de isolamento e distanciamento social impostas pelos governos estaduais em consonância com os governos municipais. As instituições de ensino ficaram fechadas desde o final de março de 2020, os atendimentos à comunidade escolar foram realizados não presencialmente através do uso das tecnologias digitais.

Por atividades não presenciais entende-se, neste parecer, aquelas a serem realizadas pela instituição de ensino com os estudantes quando não for possível a presença física destes no ambiente escolar. A realização de atividades pedagógicas não presenciais visa, em primeiro lugar, que se evite retrocesso de

aprendizagem por parte dos estudantes e a perda do vínculo com a escola, o que pode levar à evasão e abandono (CNE, 2020 p. 6).

Cosenza e Guerra (2011, p. 39) evidenciam que “a falta de estimulação adequada pode ser prejudicial ao desenvolvimento do cérebro”. Afirmam ainda, que na infância acontece o período de maior plasticidade cerebral, onde existem as maiores oportunidades para a criança aprender.

Embora a prática não presencial nunca tenha sido usada na educação infantil, foi a estratégia encontrada para mitigar os prejuízos impostos pelo distanciamento social, visto que mesmo a distância, são mantidos os vínculos o que favorece a aprendizagem.

De acordo com o CNE (2020) fica a critério de cada município estabelecer com a equipe pedagógica quais serão as medidas adotadas para o cumprimento deste parecer, respeitando as peculiaridades regionais e culturais, além dos aspectos sociais e econômicos. Podendo, conforme sugerido no documento, ser repassadas orientações aos pais indicando atividades de estimulação às crianças, através das brincadeiras, jogos, músicas, leitura e contação de histórias.

No sentido de contribuir para minimização das eventuais perdas para as crianças, sugere-se que as escolas possam desenvolver alguns materiais de orientações aos pais ou responsáveis com atividades educativas de caráter eminentemente lúdico, recreativo, criativo e interativo, para realizarem com as crianças em casa, enquanto durar o período de emergência, garantindo, assim, atendimento essencial às crianças pequenas e evitando retrocessos cognitivos, corporais (ou físicos) e socioemocionais (CNE, 2020 p.9).

Sendo assim, esta pesquisa atenta-se para uma turma de berçário que começou a ser atendida com aulas não presenciais desde abril do referido ano, seguindo todas as orientações atinentes a esta etapa.

## **Resultados e discussão: realidade do berçário durante a pandemia**

Para desenhar o cenário de um determinado Centro de Educação Infantil X, foram entrevistadas algumas professoras. No Município estudado, a Secretaria de Educação Municipal optou em organizar as professoras e suas turmas de modo a fazerem um planejamento em conjunto. Por exemplo, um determinado Centro de Educação Infantil, possui três turmas: Berçário A, Berçário B, e Berçário C, as professoras dessas turmas fazem o planejamento juntas e o mesmo é disponibilizado semanalmente no sítio do Município para acesso aos pais que não têm distinção entre turmas, aparecendo apenas como Berçário.

O planejamento é realizado através de aplicativo de mensagem onde as professoras trocam ideias, elencam atividades juntamente aos objetivos e orientações que serão dadas às famílias. A execução do plano é realizada utilizando-se a plataforma do google drive, as professoras gravam vídeos com histórias, músicas e orientações conforme o planejamento, utilizando-se de recursos próprios como smartphones, notebook, impressoras, internet, além dos recursos pedagógicos feitos com material reciclado etc.

De acordo com os dados coletados e com as observações realizadas, a parceria entre as colegas foi fundamental para que o atendimento às crianças pudesse ser efetivo, bem como com a colaboração das famílias, pois depende-se dos adultos que convivem com as crianças para que o aprendizado aconteça. De acordo com a BNCC (2018, p. 36) “para potencializar as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças, a prática do diálogo e o compartilhamento de responsabilidades entre a instituição de Educação Infantil e a família são essenciais”.

Conforme o art. 225 da Constituição Federal (1988), “a educação é direito de todos, e dever do estado e da família” [...], logo, para que o direito seja alcançado é preciso estabelecer vínculos

entre a escola e a família de modo que todos possam contribuir para o pleno desenvolvimento das crianças, cada um naquilo que lhe compete. E principalmente, neste momento de distanciamento social, essa colaboração mútua se faz urgente e necessária.

Das três turmas atendidas, destaca-se uma, chamada de A, por ter alto índice de contribuição das famílias nas atividades e retornos à professora. As outras turmas, B e C, essa colaboração é variável, tendo, algumas vezes, o índice de retorno de apenas 30%, o que dificulta a avaliação da aprendizagem que precisará ser realizada posteriormente.

O envio das propostas de atividades, bem como o plano de aula é encaminhado para a coordenadora de ensino, que propõe ajustes caso haja necessidade, e esta encaminha para a equipe técnica para postagem no sítio do município. As famílias recebem o link por aplicativo de mensagem WhatsApp e dispõem de até sete dias para dar retorno às professoras, o que é feito também pelo aplicativo através de fotos, vídeos e relatos.

Todas as propostas são pensadas de acordo com a realidade das famílias, levando em consideração que as mesmas não têm conhecimento pedagógico para mediar atividades mais complexas. No entanto, as aulas são elaboradas com intencionalidade visando o desenvolvimento integral das crianças.

Apesar da insegurança em realizar o ensino remoto, as professoras conseguiram desenvolver um excelente trabalho, visto que fazem em equipe com objetivo de oferecer o melhor às crianças colocando-se também no lugar das famílias, assim suas propostas são fáceis de serem realizadas em casa e os recursos utilizados são acessíveis.

Para realizar o planejamento das aulas, as professoras seguem uma rotina que têm oferecido bons resultados:

1º Definir o tema para a aula: as professoras conversam, trocam ideias e pesquisam as melhores alternativas para a semana e juntas estabelecem o tema.

2º Definir os objetivos de aprendizagem: Após a seleção do tema, as professoras pensam juntas sobre a intencionalidade pedagógica, elencam os objetivos de aprendizagem buscando garantir os direitos através dos campos de experiência.

3º Elencar as atividades: Definidos tema e objetivos, as professoras pensam em quais atividades atendem aos objetivos propostos.

4º Distribuição de tarefas: Este é um passo importante, nele são definidos como será feita a aula, qual professora gravará qual atividade.

5º Montagem da apresentação da aula: Uma das professoras se encarrega de montar a aula através da plataforma do Google Drive, nela são colocadas todas as informações e orientações às famílias sobre a proposta.

6º Coordenadora de ensino: O link é enviado a coordenadora que o encaminha ao técnico para publicação no sítio do Município.

Segundo a BNCC (2018, p. 39) “Parte do trabalho do educador é refletir, selecionar, organizar, planejar, mediar e monitorar o conjunto das práticas e interações, garantindo a pluralidade de situações que promovam o desenvolvimento pleno das crianças”.

Desde os primeiros planos, as professoras juntas construíram essa rotina, o que facilitou muito o ensino remoto e apesar de o planejamento ser realizado em conjunto, cada professora é responsável pela sua turma de alunos, cada turma faz parte de um grupo de WhatsApp onde são realizadas as interações entre as famílias e as professoras.

O planejamento das aulas é fundamental para que o trabalho atenda as necessidades das crianças, possibilitando condições para que elas sigam se desenvolvendo mesmo através das aulas não presenciais. Com as orientações adequadas e a colaboração familiar torna-se possível uma aprendizagem efetiva para cada criança, no entanto, saliento que de nada adianta aulas com excelente padrão de qualidade se não forem bem orientadas e mediadas adequadamente pelos adultos que convivem com as crianças.

Antes de dar início a aplicação das aulas não presenciais fez-se necessária uma investigação com as famílias para conhecer sua realidade, constatando-se que todas as famílias dispunham dos recursos tecnológicos e digitais para receber as atividades através do ensino remoto, partiu-se para a prática.

Entretanto, somente uma das professoras detinha conhecimento sobre o uso das tecnologias,

sendo esse um grande desafio para as demais professoras, visto que para ministrar aulas não presenciais é necessário que os professores saibam utilizar os recursos, gravar e editar aulas, produzir roteiros de gravação, desenvolver habilidades frente às telas entre outras características. No entanto, como essa situação tem caráter emergencial, não houve tempo para preparação e formação, todavia a parceria entre as colegas foi fundamental e possibilitou a superação das dificuldades e obtenção de sucesso na aplicação das aulas.

Para o primeiro plano escolheu-se o tema: gêneros textuais - Poesia, após realizar a rotina de planejamento e disponibilizar às famílias, observou-se como se dariam os retornos. O retorno foi satisfatório, tendo quase 100% de devolutivas com fotos, vídeos e relatos orais ou escritos sobre o desempenho das crianças.

Diante desse índice, as professoras motivaram-se a fazer planejamentos bem elaborados buscando oportunizar às crianças experiências significativas com suas famílias, contribuindo para enriquecer as interações. Os planos seguintes também foram bem aceitos, obtendo-se bons retornos e o tempo foi passando. Entretanto, sem previsão de retorno às aulas presenciais, as devolutivas das atividades foram diminuindo.

Outras alternativas foram pensadas para alcançar as famílias, foram aplicados questionários para conhecer um pouco mais sobre sua rotina, sobre as dificuldades vividas durante a pandemia, além disso, as professoras prepararam um kit com um presente para as crianças, fazendo o melhor com aquilo que tem disponível para manter os vínculos com as crianças, tendo em vista que isso influencia muito para a aprendizagem.

Segundo Marinho (2020, p. 22) “Cada criança deve ter sua individualidade respeitada, bem como o seu tempo de desenvolvimento, que varia de acordo com cada um”. Logo, mesmo que as aulas sejam organizadas para uma determinada quantidade de crianças, é preciso levar em consideração que o desempenho nas tarefas será diferente, assim como a forma de mediação do adulto responsável.

Ao realizar o planejamento, direcionou-se o foco das aulas em oportunizar atividades que favorecessem momentos de interação familiar de qualidade, oferecendo propostas com significado às crianças, evidenciando às famílias a sua importância para o desenvolvimento das habilidades necessárias a esta etapa.

Buscando assim, a valorização da etapa creche em seu aspecto educacional e não apenas de cuidado, pois ao explicar quais os objetivos das atividades propostas acredita-se que seja possível estimular nas famílias o entendimento que as vivências oportunizadas na infância influenciam diretamente a aquisição de novos conhecimentos, visto que o período de maior plasticidade cerebral ocorre nesta faixa de idade, ou seja, é onde se encontram as maiores janelas de oportunidades tanto para aprender quanto para desaprender alguma coisa (COSENZA; GUERRA, 2011).

De acordo com Lent (2019, p. 81),

O conhecimento dos períodos da vida em que os mecanismos de plasticidade neural favorecem o desenvolvimento desta ou daquela função, ou habilidade psicológica, mesmo havendo dúvida de quão crítico é o período, é informação preciosa para o planejamento de intervenções, por exemplo no âmbito educacional.

As estratégias pedagógicas propostas visam aproveitar essa fase de maior plasticidade cerebral, todavia como as professoras não estão presencialmente com as crianças atendidas é necessário fazer um trabalho de orientação aos pais, promovendo maior conhecimento das famílias em relação às habilidades que precisam ser desenvolvidas.

Para isso, são elaborados alguns vídeos de caráter informativo às famílias para oportunizar uma ampliação do seu conhecimento no que diz respeito à importância da estimulação das habilidades na infância.

Dentre as atividades sugeridas, elencou-se algumas propostas visando compartilhar práticas que estão dando certo neste período de pandemia, sendo que todas as atividades objetivam o

pleno desenvolvimento das crianças.

- Linguagem visual

Atividades de desenho, escultura, pintura, construção, colagem e modelagem visando oferecer às crianças diversas oportunidades de expressão e descoberta, além da exploração de tintas caseiras, participação em atividades da rotina de casa, como modelar uma massa de pão, por exemplo.

- Linguagens sonoras e corporais

Atividades como imitar os movimentos gestuais e sonoros nas canções, diferenciar sons do ambiente e produzir sons a partir do próprio corpo ou com materiais diversos, superar os desafios propostos em circuitos psicomotores, ampliar o movimento de pinça através de atividades de coordenação motora fina com prendedores ou lançamento de objetos, bem como desenvolver sua autonomia ao realizar atividades de cuidado, higiene e alimentação.

- Relações com a natureza

Vivências de exploração do meio interno e externo, oportunizando o contato com elementos da natureza (terra, folhas, flores, argila entre outros), observação e interação com animais domésticos ou não, incentivando o cuidado e preservação ambiental.

- Relações sociais e culturais

Propostas de interação com as pessoas que convivem com as crianças, com brincadeiras, jogos, contação de histórias e músicas da cultura, visando ampliar o hábito de ouvir histórias, despertar a curiosidade e imaginação, aprender músicas próprias da cultura e internalizar normas sociais de convivência.

Ao pensar nas atividades, elencou-se também o que deve ser observado no processo de desenvolvimento das mesmas, ou seja, mais importante do que o produto final é como a atividade foi desempenhada pela criança, por exemplo, ao propor atividade de pintura com tintas caseiras observamos desde a exploração das tintas através dos sentidos até a realização das marcas gráficas de expressão no papel, assim pode-se verificar a aprendizagem efetiva.

O processo avaliativo é de suma importância para a educação infantil, visto que ele é realizado continuamente e está diretamente ligado ao planejamento das aulas. A intencionalidade pedagógica depositada nos objetivos de aprendizagem é resgatada neste processo, uma vez que os objetivos determinam o que se espera que a criança aprenda enquanto que a avaliação consiste na verificação do que foi aprendido, de modo a possibilitar novas intervenções para a aquisição dos conhecimentos desta faixa etária.

“[...] É preciso ter em mente que a avaliação na educação infantil não é julgamento sobre aptidão para realizar determinada tarefa, mas um acompanhamento durante a execução das mesmas” (MARINHO, 2020, p. 32).

De modo presencial é possível verificar o processo de aprendizagem de cada criança, através das observações diárias, em todas as atividades da sua rotina, na hora da alimentação, na higiene e descanso, nas interações com os colegas, nas brincadeiras individuais e coletivas e nas atividades dirigidas, em síntese, a criança aprende o tempo todo e o processo avaliativo é perceber esse aprendizado e oportunizar meios para ampliar a sua zona de desenvolvimento.

Vygotsky (2009) conceitua a aprendizagem da criança em três níveis de desenvolvimento, onde a zona de desenvolvimento real é o que a criança já sabe fazer de forma autônoma, não precisando de ajuda, zona de desenvolvimento potencial contempla os saberes que a criança ainda não consolidou. E a distância entre esses níveis é chamada de zona de desenvolvimento proximal, referindo-se às capacidades de realizar funções com auxílio, podendo ser até mesmo um colega de classe mais experiente, isto é, a partir da zona de desenvolvimento real percebemos que conhecimentos ainda não foram consolidados.

O professor atua na zona de desenvolvimento proximal, ele cria estratégias e situações que oportunizam desafios à criança para que ela passe do real atingindo seu potencial, por isso a importância de voltar o olhar para a criança em diversos momentos da sua rotina não só na atividade

propriamente dita. E durante esse período de ensino remoto uma das incertezas apontadas pelas professoras ateu-se ao fato de que não estando presencialmente com as crianças seria difícil avaliar o processo de aprendizagem.

Conforme orientação recebida da coordenadora de ensino, as avaliações seriam construídas em formato de portfólio, no qual deveria contemplar os objetivos de aprendizagem e as reflexões acerca do desenvolvimento da criança. Ficando a critério das professoras escolherem as ferramentas digitais para construí-lo.

Segundo os relatos das professoras, esse processo foi difícil, visto que apesar dos esforços das famílias, elas não possuem conhecimento pedagógico para administrar o tempo, os recursos, e a mediação das atividades. Mesmo as propostas sendo simples, ainda assim muitas famílias não conseguiram conduzir corretamente, o que interfere diretamente na percepção que as professoras têm. Logo, o que causa a incerteza referente à avaliação não é dizer se o aluno sabe ou não determinada tarefa, mas estabelecer quais as estratégias de intervenção pedagógica para auxiliar no seu desenvolvimento.

## Considerações Finais

Retomando as reflexões iniciais sobre a educação infantil como sendo parte da educação básica, verifica-se que embora sua origem tenha sido mais assistencialista do que educacional, seu progresso é evidente. Ainda que devagar, teve-se avanços na qualidade desejada para o atendimento às crianças de 0 a 5 anos, percebendo uma valorização desta etapa, como sendo essencial para a formação de um cidadão plenamente capaz de exercer seus direitos e deveres para com a sociedade.

Pode-se afirmar que esta etapa é extremamente importante para o desenvolvimento da criança e que ao oportunizar experiências significativas e de qualidade possibilita-se maior facilidade para a aquisição de novos conhecimentos, cumprindo assim o papel como educadoras, ao favorecer o seu progresso psicológico, intelectual, social e motor.

Demonstrou-se através desta pesquisa como está sendo realizado o atendimento não presencial às crianças do berçário em um Centro de Educação Infantil, evidenciando práticas positivas de profissionais que se adaptaram ao momento de pandemia. Salientando-se ainda, que para obter sucesso no que diz respeito à aplicação das aulas, a colaboração familiar foi de suma importância, sem a qual nada seria possível.

Viu-se também o quão é necessário favorecer o entendimento das famílias quanto a importância da educação infantil para a aquisição de conhecimentos futuros, buscando assim a valorização desta etapa, bem como dos profissionais que nela atuam.

Embora, as professoras tenham obtido sucesso no atendimento às crianças através do ensino remoto por vias tecnológicas, este estudo evidenciou que uma das maiores dificuldades apresentadas pelas professoras foi a utilização dos recursos tecnológicos e digitais, o que demanda da pesquisa um maior aprofundamento referente à formação dos professores quanto ao uso das tecnologias, bem como a possibilidade de implementar as tecnologias nas aulas presenciais da educação infantil.

## Referências

BRASIL. CNE/CEB 20/2009 - **Diretrizes Nacionais para Educação infantil**. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=2097-pceb020-09&category\\_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2097-pceb020-09&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 02 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Súmula do Parecer CNE/CP n.5**, 4 de Abril de 2020. Disponível em: <http://www.in.gov.br/web/dou/-/sumula-do-parecer-cne/cp-n-5/2020-254924735>. Acesso em: 04 ago. 2020.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei no 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: <http://>

[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 02 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf). Acesso em: 06 ago. 2020.

BRASIL. Lei n.13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o **Plano Nacional de Educação – PNE** e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 02 ago. 2020.

COSENZA, R M; GUERRA, L B. **Neurociência e educação**: como o cérebro aprende. Porto Alegre: Artmed, 2011.

LENT, Roberto. **O cérebro aprendiz**: neuroplasticidade e educação. Rio de Janeiro: Atheneu, 2019.  
MARINHO, G. K. **O processo de avaliação na educação infantil**: o olhar voltado à criança. In: Gláucia Ribeiro; José Eduardo de Miranda; Luís Antonio Monteiro Campos; Matheus de Oliveira Guimarães; Rogério Borba; Thiago Mazucato. (Org.). **Visões sobre ensino e educação**. 1ed. Rio de Janeiro: Pembroke Collins, 2020, v. 1, p. 17-694.

VIGOTSKY, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. 1869-1934. Tradução: Paulo Bezerra. 2 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

Recebido em 14 de agosto de 2020.

Aceito em 14 de março de 2022.